

JULGAMENTO DE RECURSO SEI Nº 27873195/2025 - SAP.CVN.ACP

Joinville, 15 de dezembro de 2025.

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 26600493/2025/PMJ

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOAS FÍSICAS OU PESSOAS JURÍDICAS, NA MODALIDADE MECENATO, PARA FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL QUE OBJETIVEM PROJETOS CULTURAIS CONSIDERADOS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE, A PARTIR DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS AUTORIZADA JUNTO AOS CONTRIBUINTES DO ISSQN E DO IPTU.

RECORRENTE: MATHEUS ENGELS

I - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por **MATHEUS ENGELS**, em 7 de novembro de 2025, solicitando a revisão da suposta decisão de inabilitação, baseada em duas premissas equivocadas: uma falha processual na notificação e um erro material na análise do documento original.

II - DAS FORMALIDADES LEGAIS

Nos termos do artigo 165 da Lei Federal n.º 14.133/21, cumpridas as formalidades legais para admissibilidade do recurso, posto que o Recorrente manifestou interesse em apresentar recurso em face do julgamento da habilitação, dentro do prazo concedido, isto é, conforme constante na "[Ata de Julgamento \(27425328\)](#)", publicada no site do Município de Joinville.

Cabe registrar que, após o prazo concedido para apresentação das razões recursais, automaticamente foi aberto prazo para as devidas contrarrazões.

III - DA SÍNTESE DOS FATOS

Em 05 de setembro de 2025 foi deflagrado o Edital de Chamamento Público nº 26600493/2025/PMJ, na modalidade Mecenato, para firmar Termo de Compromisso Cultural, que objetivem projetos culturais considerados relevantes para o desenvolvimento da cidade, a partir da captação de recursos autorizada junto aos contribuintes do ISSQN e do IPTU.

O recebimento das propostas ocorreu até o dia 17 de outubro de 2025, sendo que no dia 21 de outubro de 2025 foi realizada a reunião entre os membros da Comissão Permanente de Licitação para acolhimento das propostas e documentos protocolados pelos interessados. A Ata de Recebimento (27226860) foi devidamente publicada no site da Prefeitura Municipal de Joinville em 22 de outubro de 2025.

Em 06 de novembro de 2025 foi realizada a reunião para julgamento parcial dos documentos de habilitação pela Comissão Permanente de Licitação, sendo a Ata do Julgamento PARCIAL (27425328) publicada no site do Município de Joinville em 06 de novembro de 2025.

Inconformado com o julgamento que não indicava a sua proposta entre os interessados habilitados, interpôs o presente recurso administrativo (27491960).

Transcorrido o prazo recursal, foi aberto prazo para contrarrazões (27502014), sem manifestação dos demais participantes.

IV - DAS RAZÕES DO RECORRENTE

O Recorrente dispõe em suas razões recursais que, para sua surpresa, o seu nome não constava entre os interessados habilitados na Ata de Julgamento Parcial SEI nº 27425328, de 06 de novembro de 2025,

e que, buscando entender o motivo, acessou o sistema de Autoatendimento da Prefeitura e analisou os processos vinculados à sua inscrição. Em relação ao Processo SEI nº 25.0.254795-9, encontrava-se correto, sem nenhuma diligência ou solicitação pendente. No entanto, ao analisar o Processo SEI nº 25.0.254788-6 (req. para cadastro Documentos de Habilitação - Parceria), verificou como último anexo a cópia do conteúdo de um e-mail. Este e-mail, enviado por sap.cvn@joinville.sc.gov.br no dia 24 de outubro de 2025, solicitava o reenvio da "declaração de residência", alegando que a declaração anteriormente enviada "não havia sido assinada", e o prazo estipulado para a resposta era de dois dias.

Alega, que jamais recebeu o referido e-mail em sua caixa de entrada principal, e que buscou minuciosamente em sua conta de e-mail e localizou a referida mensagem, em sua caixa de SPAM. Aduz, que o recorrente não pode ser penalizado com a inabilitação por não ter respondido a uma diligência da qual não teve conhecimento em tempo hábil, devido a uma falha técnica no recebimento da comunicação oficial.

Ressalta, que ainda que a notificação tivesse sido recebida, a solicitação de diligência carece de embasamento, visto que o documento enviado foi inteiramente preenchido a mão, de próprio punho, utilizando letra cursiva. Esclarece, que a assinatura do recorrente consiste, simplesmente, em seu nome escrito na mesma letra utilizada para preencher o document, sendo uma simples conferência com a carteira de identidade do recorrente suficiente para atestar a autenticidade e a assinatura do documento.

Por fim, com base nos argumentos apresentados, requer o recebimento e acatamento do presente recurso, bem como a revisão da decisão de inabilitação do recorrente.

V - DO MÉRITO

Inicialmente, ressalta-se que as decisões tomadas no contexto deste chamamento público guardam estrita consonância com a legislação vigente, pautando-se pela observância irrestrita aos princípios que norteiam a Administração Pública, notadamente os da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório. Tais preceitos encontram-se expressamente dispostos no Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, que impõe a aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como dos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Nesse sentido, é fundamental esclarecer que a ausência do nome do Recorrente, Matheus Engels, na Ata de Julgamento Parcial SEI nº 27425328, não configurou preterição ou inabilitação prematura, mas tão somente a postergação do ato de julgamento, visto que, naquele momento processual, a Comissão Permanente de Licitação ainda não havia procedido à análise da documentação pertinente à sua proposta.

A análise efetiva de sua habilitação sobreveio apenas com a Ata de Julgamento SEI nº 27781356, publicada em 08 de dezembro de 2025, oportunidade na qual o licitante foi formalmente inabilitado por descumprimento dos itens 4.1.4 e 4.1.6 do Edital, referentes à comprovação e declaração de residência em Joinville. Reitera-se que tal condição foi agravada pela ausência de resposta à diligência realizada em 24 de outubro de 2025, cujo prazo de dois dias úteis transcorreu *in albis*, sem qualquer manifestação da parte interessada. Dessa forma, resta evidenciada a natureza precoce nas Razões de Recurso SEI nº 27491960, uma vez que o pleito se fundamentou em um suposto juízo de mérito que sequer havia sido efetivado ou concluído por esta Comissão à época da insurgência.

Em face das condições estabelecidas no instrumento convocatório e em estrita observância aos preceitos legais e à supremacia do interesse público, a Comissão Permanente de Licitação **decide pelo não conhecimento do recurso** apresentado.

VI - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se, portanto, pela inexistência de mérito a ser apreciado, dada a manifesta impropriedade do questionamento, que se revelou desprovido de objeto fático na fase processual vigente.

Andrea Cristina Leitholdt
Presidente da Comissão

Felipe Monteiro Barbosa
Membro da Comissão

João Paulo Campos
Membro da Comissão

De acordo,

Acolho a decisão da Comissão Permanente de Licitação **pelo não conhecimento do recurso** apresentado pelo Recorrente **MATHEUS ENGELS**, com base em todos os motivos acima expostos.

Ricardo Mafra

Secretário

Silvia Cristina Bello

Diretora Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Cristina Leitholdt, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2025, às 18:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Campos, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2025, às 18:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Monteiro Barbosa, Servidor(a) Público(a)**, em 16/12/2025, às 18:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 16/12/2025, às 18:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 16/12/2025, às 18:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27873195** e o código CRC **5734AA85**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.192171-7

27873195v8